
DIÁRIO **OFICIAL**



Prefeitura Municipal
De
LAJE



ÍNDICE DO DIÁRIO

DISPENSA

DISPENSA Nº 004/2025.....

AVISO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90004/2025

HOMOLOGAÇÃO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR PREGÃO ELETRÔNICO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR CHAMADA PUBLICA Nº
001; 002/ 2025



DISPENSA Nº 004/2025

Prefeitura Municipal de Laje

Dispensa nº 004/2025

Data/hora do envio: 07/04/2025 11:41:24

Protocolo PNCP: 13825492000104-1-000029/2025

Link PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais/13825492000104/2025/29>

Número/Ano: 004/2025	Nº do Processo Administrativo: 109/2025	Modalidade: Dispensa	Modo de Disputa: Dispensa Com Disputa
Situação: Divulgada no PNCP	Tipo de Instrumento Convocatório: Aviso de Contratação Direta	Amparo Legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II	
Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE	SRP: NÃO		
Data de Abertura do Recebimento das Propostas: 07/04/2025 11:35:25	Data de Encerramento do Recebimento das Propostas: 10/04/2025 09:00:01		
Valor Total Estimado da Compra: R\$ 19.641,87			
Objeto: 1.1. Aquisição de roçadeiras manual e motosserra, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.			

Lotes

Lote 1

Material ou Serviço: Material	Critério de Julgamento: Menor preço	Tipo de Benefício: Não se aplica	Incentivo Produtivo Básico: NÃO
Orçamento Sigiloso: NÃO	Categoria do Item: Não se aplica		
Quantidade: 1,00	Unidade de Medida: UND	Valor Unitário Estimado: 2.396,87	Valor Total: 2.396,87
Aplicabilidade da Margem de Preferência Normal: NÃO			
Aplicabilidade da Margem de Preferência Adicional: NÃO			
Objeto/Descrição: MOTOSERRA INDUSTRIAL, (Motosserra Industrial potência:2,3 kW, combustível motor: gasolina, capacidade tanque combustível:0,470 l, cilindrada motor:45,3 cm3, características adicionais: passo corrente 3/8 polegadas. fabricantes referência Stihl, Toyama, Makita.)			

Lote 2

Material ou Serviço: Material	Critério de Julgamento: Menor preço	Tipo de Benefício: Não se aplica	Incentivo Produtivo Básico: NÃO
Orçamento Sigiloso: NÃO	Categoria do Item: Não se aplica		
Quantidade: 5,00	Unidade de Medida: UND	Valor Unitário Estimado: 3.449,00	Valor Total: 17.245,00
Aplicabilidade da Margem de Preferência Normal: NÃO			
Aplicabilidade da Margem de Preferência Adicional: NÃO			
Objeto/Descrição: ROÇADEIRA MANUAL, (roçadeira manual, tipo motor: gasolina, potência motor:40 cc hp, tipo cortador: lâmina aço/fio nylon, rotação:12.000 rpm, características adicionais: tanque capacidade: 0,5l a 0,9l / uso intensivo / aplicação: corte grama, capim, pasto, arbusto, capoeiras e pe. fabricantes referencia Stihl, Toyama, Husqvarna.)			



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90004/2025



Aviso de
**CONTRATAÇÃO
DIRETA**

004/2025

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Laje/ BA (983677)

OBJETO

Aquisição de roçadeiras manual e motosserra, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 19.641,87 (dezenove mil seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos).

DATA LIMITE PARA A RECEPÇÃO DE PROPOSTA

De: 10/04/2025

HORÁRIO LIMITE PARA A RECEPÇÃO DE PROPOSTA

Até às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	4
4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	6
5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	6
6. HABILITAÇÃO	8
7. CONTRATAÇÃO	9
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	9
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025**

(Processo Administrativo n.º 109/2025)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Laje -BA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará Dispensa, com critério de julgamento **menor preço por item**, na hipótese do **art. 75, inciso II** da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 405, de 30 de dezembro de 2021 (Regulamento NLL), no Decreto Municipal nº 406, de 30 de dezembro de 2021 (Pesquisa de Preços), Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, de 8 de julho de 2021 (Dispensa Eletrônica), do Decreto Municipal nº 422, de 26 de julho de 2021 (Regulamento da NLL), no Decreto Municipal nº 427, de 03 de agosto de 2021 (Pesquisa de Preços), no Decreto Municipal nº 001, de 03 de janeiro de 2024 (Agentes de Contratação e outros), no Decreto Municipal nº 003, de 03 de janeiro de 2024 (Utilização de Legislação Federal) e demais normas aplicáveis.

Endereço Eletrônico para Recepção de Proposta e Documentos: gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br Dia e Horário Limite para Recepção de Propostas: 10/04/2025, às 09h00min Horário Estimado para Divulgação do Resultado: até 10/04/2025, às 15:00min Critério de Julgamento: menor preço por item Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, da aquisição de roçadeiras manual e motosserra, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município,, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1. A participação na presente dispensa se dará através de remessa de mensagem eletrônica ao e-mail gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br até o fim do prazo limite previsto no preâmbulo do Aviso de Contratação Direta.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Portal da Transparência e no Diário Oficial da Prefeitura Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

2.1.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos neste Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e seus anexos.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante legal, preposto credenciado ou procurador constituído, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes da apresentação irregular ou equivocada, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

Página 3 | 12

Modelo adaptado a partir da Minuta Modelo para Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021 desenvolvido pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovada pela Secretaria de Gestão e Inovação – Versão Atualizada em versão agosto/2023



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. A participação do fornecedor na dispensa se dará com a apresentação de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, através do endereço eletrônico indicado neste Aviso, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Será solicitada a documentação previstas para habilitação daquele que ofertar o menor preço.

3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o(s) preço(s) ou o desconto(s) ofertados, vinculam a Contratada.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.5.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto em negociação direta, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.10. Uma vez apresentada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.11. Na apresentação da proposta, o fornecedor deverá encaminhar Declaração Conjunta, preferencialmente no modelo anexo previsto neste instrumento, informando:

4.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.10.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.10.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.10.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.10.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10.7. O encerramento do prazo ocorrerá do dia e horários fixados neste Aviso como limite para recepção de propostas, sem qualquer possibilidade de prorrogação.

3.12. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, por meio de declaração, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, por meio de declaração, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. Até a data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, na forma de recebimento das propostas definidas neste instrumento pelo Agente de contratação serão recepcionadas as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação exigidos.

4.1.1. A proposta deverá ser ofertada pelo valor unitário total do item.

4.2. O fornecedor poderá ser indagado por mensagem eletrônica quanto a possibilidade de redução do valor ofertado e poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último preço por ele ofertado.

4.3. Caso o fornecedor não responda a negociação, será mantido o valor de sua proposta.

4.3.1. A Administração divulgará a ata de julgamento das propostas apresentadas ao fim do dia indicado no preâmbulo do Aviso de Contratação.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada o prazo para recepção de propostas complementares, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, a agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por e-mail, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos mediante publicação no Diário Oficial do Município e registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, a agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e,

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

Página 6 | 12

Modelo adaptado a partir da Minuta Modelo para Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021 desenvolvido pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovada pela Secretaria de Gestão e Inovação – Versão Atualizada em versão agosto/2023



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

- 5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
- 5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.10. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:
- 5.10.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
- 5.10.1.1. Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 5.10.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:
- 5.10.2.1. O valor global estimado para a contratação.
- 5.10.2.2. Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.
- 5.10.3. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.10.4. será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.
- 5.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

- 5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.14. Se a proposta for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.
- 6.2. A habilitação dos fornecedores poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), no prazo de **04 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação. Este prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação do proponente interessado.
- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 6.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

- 6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou através de e-mail, no caso de assinatura ser eletrônica, para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento do prazo para recepção de proposta.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
- 8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos

Página 10 | 12

Modelo adaptado a partir da Minuta Modelo para Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021 desenvolvido pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovada pela Secretaria de Gestão e Inovação – Versão Atualizada em versão agosto/2023



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#)).

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o prazo para recepção de proposta observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro em ata relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não

Página 11 | 12

Modelo adaptado a partir da Minuta Modelo para Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021 desenvolvido pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovada pela Secretaria de Gestão e Inovação – Versão Atualizada em versão agosto/2023



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no Portal da Transparência do órgão licitante.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

9.12.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Exigida para Habilitação

9.12.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;

Laje - BA, 07 de abril de 2025.

Reinaldo Macêdo dos Santos
Assinatura da Autoridade Competente



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
(Processo Administrativo nº 109/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de roçadeiras manual e motosserra, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	MOTOSSERRA INDUSTRIAL , (Motosserra Industrial potência:2,3 kW, combustível motor: gasolina, capacidade tanque combustível:0,470 l, cilindrada motor:45,3 cm3, características adicionais: passo corrente 3/8 polegadas. fabricantes referência Stihl, Toyama, Makita.)	373384	UND	1	R\$ 2.396,87	R\$ 2.396,87
2	ROÇADEIRA MANUAL , (roçadeira manual, tipo motor: gasolina, potência motor:40 cc hp, tipo cortador: lâmina aço/fio nylon, rotação:12.000 rpm, características adicionais: tanque capacidade: 0,5l a 0,9l / uso intensivo /, aplicação: corte grama, capim, pasto, arbusto, capoeiras e pe. fabricantes referencia Stihl, Toyama, Husqvarna.)	606342	UND	5	R\$ 3.449,00	R\$ 17.245,00

1.2. **TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.641,87**

1.3 Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 04(quatro) meses contados da data da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de carta de solidariedade

4.1 Não será exigida Carta de Solidariedade, nem mesmo em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor para a execução do contrato.

Subcontratação

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 Não será exigida a prestação de garantia de execução para a formalização de contratos, sem prejuízos da aplicação das penalidades/sanções, na forma da legislação de regência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 Entregar o material no prazo máximo em 10 (dez) dias úteis, no local previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o prazo será contado a partir da emissão/recebimento da solicitação emitida pela Secretaria. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, rua São Joao, s/n, Centro, Bloco Administrativo- Laje/BA - CEP: 45490-000.

Garantia de execução

5.2 Não haverá exigência de contratual dos bens fornecidos na presente contratação, pelas razões abaixo justificadas:

5.3 Por ser uma compra de materiais de consumo e comuns, não havendo a necessidade de garantia, uma vez que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

Garantia Contratual dos bens

5.4 Item suprimido

5.5 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens por não se aplicar ao objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA
MUNICIPAL DE LAJE

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de Apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

- 6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO] OU [MAIOR DESCONTO].

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

Habilitação jurídica

- 8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda [*Estadual/Distrital*] ou [*Municipal/Distrital*] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Página 7 | 9

Modelo adaptado a partir da Minuta Modelo para Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico – Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021 desenvolvido pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovada pela Secretaria de Gestão e Inovação – Versão Atualizada em versão dezembro/2023



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

- 8.24. A Licitante deverá apresentar atestado (s), emitido (s) em seu nome, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a realização de atividade anterior pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, demonstrando a aptidão da Licitante para realização do objeto licitado.
- 8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.26. Os atestados deverão ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade responsável pelo contrato e identificação do cargo do signatário. Não é necessário o reconhecimento de firma.
- 8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.27.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- 8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de aproximadamente R\$ 30.160,43 (trinta mil, cento e sessenta reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1. deste termo de referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2036- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 ,3.3.90.30.00
FONTE DE RECURSOS: 1500000001., 1500000001

- 10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.*

Laje, 13 de fevereiro de 2025.

Oséas da Silva Santos
Matrícula Nº 3029358



ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE
(Processo Administrativo nº/2025)

CONTRATO Nº/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE LAJE E A EMPRESA
.....

O **MUNICÍPIO DE LAJE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.825.492/0001-04, com sede na Praça Raimundo José de Almeida nº 01, na cidade de Laje-BA, neste ato representado pelo prefeita Sra., inscrita no CPF nº, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº XX/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. XX/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é aquisição de roçadeiras manual e motosserra, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO (MEDIANA)	VALOR TOTAL
1	MOTOSERRA INDUSTRIAL , (Motosserra Industrial potência:2,3 kW, combustível motor: gasolina, capacidade tanque combustível:0,470 l, cilindrada motor:45,3 cm3, características adicionais: passo corrente 3/8 polegadas. fabricantes referência Stihl, Toyama, Makita.)	373384	UND	1		
2	ROÇADEIRA MANUAL , (roçadeira manual, tipo motor: gasolina, potência motor:40 cc hp, tipo cortador: lâmina aço/fio nylon, rotação:12.000 rpm, características adicionais: tanque capacidade: 0,5l a 0,9l / uso intensivo /,	606342	UND	5		

Página 1 | 9

Modelo adaptado a partir da Minuta de Contrato para Contratação Direta - Serviços sem mão de obra em regime de dedicação exclusiva - Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021 desenvolvido pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União e aprovada pela Secretaria de Gestão e Inovação - Versão Atualizada em versão agosto/2023



	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE					
	aplicação: corte grama, capim, pasto, arbusto, capoeiras e pe. fabricantes referencia Sthil, Toyama, Husqvarna.)					
						TOTAL

- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. A Autorização de Contratação Direta;
- 1.2.3. A Proposta do contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/21.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xxx/xxx/xxx.
- 7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) endereço da oficina da empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa**:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" e "h" do subitem 12.1, de 1% a 20% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto:

12.7.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.7.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 030901

Fonte de Recursos: 15000000001

Programa de Trabalho: 2036

Elemento de Despesa: 52; 30.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Laje/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXX
Representante legal do CONTRATANTE
Prefeita Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal de Agricultura.



RAZÃO SOCIAL DO(A) CONTRATADO(A)
Representante legal do CONTRATADO
Sócio Administrador ou Procurador

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 004/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

(Processo Administrativo n.º. 109/2025)

ANEXO III - DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS

A empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ....., com sede na Rua....., nº, Bairro, Cidade de, Estado, CEP....., através de seu representante legal/Procurador, inscrito no CPF nº, sob as penas da lei, DECLARA:

- a. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. *A assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.*
- c. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- d. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas junto a Prefeitura Municipal, assumindo como firmes e verdadeiras;
- e. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- f. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

obs. Para cooperativas acrescentar:

- g. que está organizado em cooperativa e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº */2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº ***/2025**

PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL):		
END. COMERCIAL:	UF:	
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO Aquisição de roçadeiras manual e motosserra, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente deste Município		

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MOTOSSERRA INDUSTRIAL , (Motosserra Industrial potência:2,3 kW, combustível motor: gasolina, capacidade tanque combustível:0,470 l, cilindrada motor:45,3 cm3, características adicionais: passo corrente 3/8 polegadas. fabricantes referência Stihl, Toyama, Makita.)	373384	UND	1		
2	ROÇADEIRA MANUAL , (roçadeira manual, tipo motor: gasolina, potência motor:40 cc hp, tipo cortador: lâmina aço/fio nylon, rotação:12.000 rpm, características adicionais: tanque capacidade: 0,5l a 0,9l / uso intensivo /, aplicação: corte grama, capim, pasto, arbusto, capoeiras e pe. fabricantes referencia Stihl, Toyama, Husqvarna.)	606342	UND	5		
TOTAL						

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a prestação do objeto desta cotação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Termo de Referência anexo.



Esta proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____
LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE



ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR PREGÃO ELETRÔNICO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025

PREGÃO ELETRONICO Nº 90007/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEIXES PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO MUNICÍPIO DE LAJE/BA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO ALIMENTAR NO PERÍODO DA SEMANA SANTA.

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA
CONTRATAR**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE LAJE-BA**, acatando o resultado apresentado pelo Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Laje e ao parecer jurídico, referente ao Processo Administrativo em epígrafe correspondente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025**, não havendo óbices de ordem legal, administrativa ou judicial quanto à regularidade do processo, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado da presente **Pregão**, nos seguintes valores:

PROPONENTE PARTICIPANTE QUE OFERTOU O MENOR VALOR							
RAZÃO SOCIAL: Frijel Distribuidor de Alimentos LTDA.							
CNPJ: 13.032.743/0001-95							
ENDEREÇO: Rua B Dt. Industrial, S/N, Lote 05 e 06, Mandacaru, Jequié BA, CEP: 45210-192.							
REPRESENTANTE LEGAL: Elson Ribeiro de Novais.							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Peixe IN NATURA Variedade Corvina Tipo de corte: Inteiro Apresentação: Com pele Estado de Conservação: Congelado	484415	KG	5.000	IN NATURAL	R\$ 13,50	R\$ 67.500,00

O adjudicatário terá o prazo de *05(cinco) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato e/ou Ata de Registro de Preço e/ou instrumento equivalente*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Aviso de Contratação do Certame e da Lei Federal nº.14.133/2021..

07 de abril de 2025.

JACIARA REIS DOS SANTOS
Prefeita Municipal



**ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR CHAMADA PUBLICA
Nº 001; 002/ 2025**



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 559/2024
CHAMADA PUBLICA Nº 001/2025

OBJETO: Aquisição parcelada de polpa de fruta da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Laje.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR

A **PREFEITA MUNICIPAL DE LAJE BA**, acatando o resultado apresentado pela Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Laje e ao parecer jurídico, referente ao Processo Administrativo em epígrafe correspondente a **Chamada Publica nº 001/2025** o havendo óbices de ordem legal, administrativa ou judicial quanto à regularidade do processo, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado da presente **Chamada Publica**, nos seguintes valores:

PROJETOS DE VENDA DO GRUPO FORMAL.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA CEASA CNPJ: 10.308.973/0001-46 DAP/CAF: BA02202403000003703CAF ENDEREÇO: Comunidade da Ceasa REPRESENTANTE LEGAL: CLARICE MOURA DE JESUS					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR: ABACAXI	KG	250	R\$ 13,25	R\$ 3.312,50
2	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJÁ	KG	250	R\$ 12,21	R\$ 3.052,50
3	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GOIABA	KG	1000	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00
4	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR MANGA	KG	1000	R\$ 11,80	R\$ 11.800,00
5	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR ACEROLA.	KG	750	R\$ 13,09	R\$ 9.817,50
6	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CACAU	KG	500	R\$ 13,91	R\$ 6.955,00
7	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJU	KG	250	R\$ 13,24	R\$ 3.310,00
8	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CUPUAÇU	KG	250	R\$ 12,98	R\$ 3.240,00
9	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GRAVIOLA	KG	750	R\$ 14,03	R\$ 10.522,50
VALOR TOTAL					R\$ 64.990,00
Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa reais					



PROJETOS DE VENDA DO GRUPO FORMAL.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DO KM 17 CNPJ: 03.849.161.0001-42 DAP/CAF: BA0120230300000315CAF ENDEREÇO: Comunidade do KM 17 REPRESENTANTE LEGAL: ADAILDES DE BRITO SANTOS					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR: ABACAXI	KG	250	R\$ 13,25	R\$ 3.312,50
2	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJÁ	KG	250	R\$ 12,21	R\$ 3.052,50
3	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GOIABA	KG	1000	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00
4	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR MANGA	KG	1000	R\$ 11,80	R\$ 11.800,00
5	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR ACEROLA.	KG	750	R\$ 13,09	R\$ 9.817,50
6	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CACAU	KG	500	R\$ 13,91	R\$ 6.955,00
7	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJU	KG	250	R\$ 13,24	R\$ 3.310,00
8	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CUPUAÇU	KG	250	R\$ 12,98	R\$ 3.240,00
9	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GRAVIOLA	KG	750	R\$ 14,03	R\$ 10.522,50
VALOR TOTAL					R\$ 64.990,00
Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa reais					

PROJETOS DE VENDA DO GRUPO FORMAL.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA SETE VOLTAS CNPJ: 03.082.058/0001-10 DAP/CAF: BA01202503000005874CAF ENDEREÇO: Comunidade da Sete Voltas REPRESENTANTE LEGAL: ADRIANA DE ALMEIDA BRITO DA SILVA					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR: ABACAXI	KG	250	R\$ 13,25	R\$ 3.312,50
2	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJÁ	KG	250	R\$ 12,21	R\$ 3.052,50



3	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GOIABA	KG	1000	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00
4	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR MANGA	KG	1000	R\$ 11,80	R\$ 11.800,00
5	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR ACEROLA.	KG	750	R\$ 13,09	R\$ 9.817,50
6	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CACAU	KG	500	R\$ 13,91	R\$ 6.955,00
7	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJU	KG	250	R\$ 13,24	R\$ 3.310,00
8	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CUPUAÇU	KG	250	R\$ 12,98	R\$ 3.240,00
9	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GRAVIOLA	KG	750	R\$ 14,03	R\$ 10.522,50
VALOR TOAL					R\$ 64.990,00
Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa reais					

PROJETOS DE VENDA DO GRUPO FORMAL.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA SAMAMBAIA CNPJ: 08.606.298/0001-90 DAP/CAF: BA01202303000000355CAF ENDEREÇO: Comunidade da Sete Voltas REPRESENTANTE LEGAL: ROSA MARIA SANTIAGO COSTA					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR: ABACAXI	KG	250	R\$ 13,25	R\$ 3.312,50
2	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJÁ	KG	250	R\$ 12,21	R\$ 3.052,50
3	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GOIABA	KG	1000	R\$ 12,98	R\$ 12.980,00
4	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR MANGA	KG	1000	R\$ 11,80	R\$ 11.800,00
5	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR ACEROLA.	KG	750	R\$ 13,09	R\$ 9.817,50
6	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CACAU	KG	500	R\$ 13,91	R\$ 6.955,00
7	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CAJU	KG	250	R\$ 13,24	R\$ 3.310,00
8	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR CUPUAÇU	KG	250	R\$ 12,98	R\$ 3.240,00
9	POLPA DE FRUTA NATURAL, SABOR GRAVIOLA	KG	750	R\$ 14,03	R\$ 10.522,50
VALOR TOAL					R\$ 64.990,00
Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa reais					



Valor Total dos Projetos de Venda: R\$ 259.960,00 – Duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta reais.

O adjudicatário terá o prazo de *02 (dois) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o *Termo de Contrato* sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Aviso de Contratação do Certame e da Lei Federal nº.14.133/2021.

Laje BA, 07 de abril de 2024.

JACIARA REIS DOS SANTOS
Prefeita Municipal



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 558/2024

CHAMADA PUBLICA Nº 002/2025

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Laje/BA.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR

A **PREFEITA MUNICIPAL DE LAJE BA**, acatando o resultado apresentado pela Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Laje e ao parecer jurídico, referente ao Processo Administrativo em epígrafe correspondente a Chamada Publica nº 002/2025 o havendo óbices de ordem legal, administrativa ou judicial quanto à regularidade do processo, **ADJUDICA e HOMOLOGA** o resultado da presente **Chamada Publica**, nos seguintes valores:

Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DA SAMAMBAIA					
CNPJ: 08.606.298/0001-90					
DAP/CAF: BA01202303000000355CAF					
ENDEREÇO: Comunidade da Samambaia					
REPRESENTANTE LEGAL: Rosa Maria Santiago Costa					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
6	Amendoim Vermelho	KG	7	R\$ 18,68	R\$ 130,76
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
8	Azeite de dendê	L	34	R\$ 36,39	R\$ 1.237,26
9	Banana da Prata	DZ	455	R\$ 4,59	R\$ 2.088,45
10	Banana da Terra	DZ	181	R\$ 17,89	R\$ 3.238,09
11	Batata doce	KG	545	R\$ 5,72	R\$ 3.117,40
12	Beiju de tapioca	PC	600	R\$ 11,06	R\$ 6.636,00
13	Chuchu	KG	500	R\$ 4,54	R\$ 2.270,00
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
16	Colorífico 500 grama	KG	267	R\$ 20,02	R\$ 5.345,34
17	Farinha de mandioca	KG	1250	R\$ 7,52	R\$ 9.400,00
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5455	R\$ 0,71	R\$ 3.873,05
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Thaiti	KG	6	R\$ 7,36	R\$ 44,16
22	Manga	KG	600	R\$ 6,55	R\$ 3.930,00
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50



26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
27	Quiabo	KG	72	R\$ 9,30	R\$ 669,60
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75
29	Tangerina Ponkan	UND	1666	R\$ 0,87	R\$ 1.449,42
30	Tapioca	PCT	750	R\$ 7,94	R\$ 5.955,00
Valor Total					R\$ 67.045,34
Sessenta e sete mil, quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos					

Projetos de Venda do Grupo Formal.

RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA CEASA.

CNPJ: 10.308.973/0001-46

DAP/CAF: BA02202403000003703CAF

ENDEREÇO: ST Comunidade do Ceasa, Capão, Casa, S/N, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA.

REPRESENTANTE LEGAL: CLARICE MOURA DE JESUS

Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
2	Abacaxi	UND	75	R\$ 4,54	R\$ 340,50
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
5	Alface	MA	50	R\$ 4,16	R\$ 208,00
6	Amendoim Vermelho	KG	7	R\$ 18,68	R\$ 130,76
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
9	Banana da Prata	DZ	455	R\$ 4,59	R\$ 2.088,45
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	545	R\$ 5,72	R\$ 3.117,40
13	Chuchu	KG	500	R\$ 4,54	R\$ 2.270,00
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5455	R\$ 0,71	R\$ 3.873,05
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	6	R\$ 7,36	R\$ 44,16
22	Manga	KG	600	R\$ 6,55	R\$ 3.930,00
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
27	Quiabo	KG	72	R\$ 9,30	R\$ 669,60
31	Tempero Verde	UND	44	R\$ 3,39	R\$ 149,16
VALOR TOTAL					R\$ 36.318,37
Trinta e seis mil trezentos e dezoito reais e trinta e sete centavos					



Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO KM 17 CNPJ: 03.849.161.0001-42 DAP/CAF: BA01202303000000315CAF ENDEREÇO: KM 17, Capão, S/N, Casa, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA. REPRESENTANTE LEGAL: ADAILDES DE BRITO SANTOS					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
2	Abacaxi	UND	75	R\$ 4,54	R\$ 340,50
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
4	Aipim descascado.	KG	250	R\$ 6,63	R\$ 1.657,50
5	Alface	MA	50	R\$ 4,16	R\$ 208,00
6	Amendoim Vermelho	KG	7	R\$ 18,68	R\$ 130,76
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
8	Azeite de dendê	L	33	R\$ 36,39	R\$ 1.200,87
9	Banana da Prata	DZ	455	R\$ 4,59	R\$ 2.088,45
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	545	R\$ 5,72	R\$ 3.117,40
12	Beiju de tapioca	PC	600	R\$ 11,06	R\$ 6.636,00
13	Chuchu	KG	500	R\$ 4,54	R\$ 2.270,00
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
16	Colorífico 500 grama	KG	267	R\$ 20,02	R\$ 5.345,34
17	Farinha de mandioca	KG	1250	R\$ 7,52	R\$ 9.400,00
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5455	R\$ 0,71	R\$ 3.873,05
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	6	R\$ 7,36	R\$ 44,16
22	Manga	KG	600	R\$ 6,55	R\$ 3.930,00
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
27	Quiabo	KG	71	R\$ 9,30	R\$ 660,30
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75
29	Tangerina Ponkan	UND	1667	R\$ 0,87	R\$ 1.450,29
30	Tapioca	PCT	750	R\$ 7,94	R\$ 5.955,00
31	Tempero Verde	UND	44	R\$ 3,39	R\$ 149,16
Valor Total					R\$ 69.472,82
Sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e dois centavos					



Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO KM 22					
CNPJ: 08.274.942/0001-70					
DAP/CAF: BA0220230300000456CAF					
ENDEREÇO: Faz. KM 22, Capão S/N, Casa, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA.					
REPRESENTANTE LEGAL: ELENI DOS SANTOS SILVA DOS SANTOS					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	28	R\$ 3,75	R\$ 105,00
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
5	Alface	MA	50	R\$ 4,16	R\$ 208,00
6	Amendoim Vermelho	KG	7	R\$ 18,68	R\$ 130,76
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
9	Banana da Prata	DZ	454	R\$ 4,59	R\$ 2.083,86
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	546	R\$ 5,72	R\$ 3.123,12
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5454	R\$ 0,71	R\$ 3.872,34
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	5	R\$ 7,36	R\$ 36,80
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75
29	Tangerina Ponkan	UND	1667	R\$ 0,87	R\$ 1.450,29
31	Tempero Verde	UND	45	R\$ 3,39	R\$ 152,55
Valor Total					R\$ 32.077,51
Trinta e dois mil e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos					

Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA SETE VOLTAS					
CNPJ: 03.082.058/0001-10					
DAP/CAF: BA 01202503000005874CAF					
ENDEREÇO: Sete Voltas, Zona Rural, S/N, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA.					
REPRESENTANTE LEGAL: ADRIANA DE ALMEIDA BRITO DA SILVA					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
2	Abacaxi	UND	75	R\$ 4,54	R\$ 340,50



3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
4	Ajím descascado.	KG	250	R\$ 6,63	R\$ 1.657,50
5	Alface	MA	50	R\$ 4,16	R\$ 208,00
6	Amendoim Vermelho	KG	7	R\$ 18,68	R\$ 130,76
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
8	Azeite de dendê	L	33	R\$ 36,39	R\$ 1.200,87
9	Banana da Prata	DZ	454	R\$ 4,59	R\$ 2.083,86
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	546	R\$ 5,72	R\$ 3.123,12
13	Chuchu	KG	500	R\$ 4,54	R\$ 2.270,00
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
16	Colorífico 500 grama	KG	266	R\$ 20,02	R\$ 5.325,32
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5454	R\$ 0,71	R\$ 3.872,34
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	5	R\$ 7,36	R\$ 36,80
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
27	Quiabo	KG	71	R\$ 9,30	R\$ 660,30
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75
29	Tangerina Ponkan	UND	1667	R\$ 0,87	R\$ 1.450,29
31	Tempero Verde	UND	45	R\$ 3,39	R\$ 152,55
VALOR TOTAL					R\$ 37.703,25
Trinta e sete mil, setecentos e três reais e vinte e cinco centavos					

Projetos de Venda do Grupo Formal.

RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO RONCO D'ÁGUA					
CNPJ: 02.854.039/0001-00					
DAP/CAF: BA02202503000006126CAF					
ENDEREÇO: Faz. Ronco D'Água, Zona Rural, S/N, Casa, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA.					
REPRESENTANTE LEGAL: ANTONIO DE SENA BARBOSA					
Nº	1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
5	Alface	MA	50	R\$ 4,16	R\$ 208,00
9	Banana da Prata	DZ	455	R\$ 4,59	R\$ 2.088,45
10	Banana da Terra	DZ	181	R\$ 17,89	R\$ 3.238,09
11	Batata doce	KG	545	R\$ 5,72	R\$ 3.117,40



14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5455	R\$ 0,71	R\$ 3.873,05
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	6	R\$ 7,36	R\$ 44,16
22	Manga	KG	600	R\$ 6,55	R\$ 3.930,00
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
27	Quiabo	KG	72	R\$ 9,30	R\$ 669,60
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75
29	Tangerina Ponkan	UND	1666	R\$ 0,87	R\$ 1.449,42
31	Tempero Verde	UND	44	R\$3,39	R\$ 149,16
VALOR TOTAL					R\$ 34.054,09
Trinta e quatro mil, cinquenta e quatro reais e nove centavos					

Projetos de Venda do Grupo Formal.

RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA PINDOBA
CNPJ: 04.883.749/0001-85
DAP/CAF: BA02202403000003764CAF
ENDEREÇO: Faz. Pindoba, nº 01, Fazenda, Capão, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA.
REPRESENTANTE LEGAL: EVANILDES MARIA DE JESUS MORAIS SANTOS

Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
9	Banana da Prata	DZ	455	R\$ 4,59	R\$ 2.088,45
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	545	R\$ 5,72	R\$ 3.117,40
13	Chuchu	KG	500	R\$ 4,54	R\$ 2.270,00
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
19	Laranja Pera	UND	5455	R\$ 0,71	R\$ 3.873,05
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	6	R\$ 7,36	R\$ 44,16
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75



29	Tangerina Ponkan	UND	1666	R\$ 0,87	R\$ 1.449,42
31	Tempero Verde	UND	44	R\$ 3,39	R\$ 149,16
Valor Total:					R\$ 31.534,68
Trinta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos					

Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO QUILOMBO					
CNPJ: 07.293.535/0001-47					
DAP/CAF: BA08202403000005026CAF					
ENDEREÇO: QUILOMBO					
REPRESENTANTE LEGAL: MANOEL ZELITO DOS SANTOS					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	28	R\$ 3,75	R\$ 105,00
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
6	Amendoim Vermelho	KG	8	R\$ 18,68	R\$ 149,44
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
9	Banana da Prata	DZ	454	R\$ 4,59	R\$ 2.083,86
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	546	R\$ 5,72	R\$ 3.123,12
14	Coco Seco	UND	181	R\$ 5,62	R\$ 1.017,22
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5454	R\$ 0,71	R\$ 3.872,34
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	5	R\$ 7,36	R\$ 36,80
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
31	Tempero Verde	UND	45	R\$ 3,39	R\$ 152,55
VALOR TOTAL					R\$ 21.146,03
VINTE E UM MIL, CENTO E QUARETA E SEIS REAIS E TRES CENTAVOS					

Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DO RIO DE AREIA-AAFCRA					
CNPJ: 02.912.359/0001-60					
DAP/CAF: BA02202403000003811CA					
ENDEREÇO: Rio de Areia, S/N, Casa, Capão, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA.					
REPRESENTANTE LEGAL: SUELI DOS SANTOS BRITO DE SOUZA					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto



1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
2	Abacaxi	UND	75	R\$ 4,54	R\$ 340,50
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
5	Alface	MA	50	R\$ 4,16	R\$ 208,00
6	Amendoim Vermelho	KG	7	R\$ 18,68	R\$ 130,76
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
9	Banana da Prata	DZ	455	R\$ 4,59	R\$ 2.088,45
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	545	R\$ 5,72	R\$ 3.117,40
13	Chuchu	KG	500	R\$ 4,54	R\$ 2.270,00
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
15	Coentro	MA	25	R\$ 3,97	R\$ 99,25
18	Feijão Fradinho 1ª	KG	50	R\$ 10,61	R\$ 530,50
19	Laranja Pera	UND	5455	R\$ 0,71	R\$ 3.873,05
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
21	Limão Taiti	KG	5	R\$ 7,36	R\$ 36,80
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
27	Quiabo	KG	71	R\$ 9,30	R\$ 660,30
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75
29	Tangerina Ponkan	UND	1667	R\$ 0,87	R\$ 1.450,29
31	Tempero Verde	UND	44	R\$ 3,39	R\$ 149,16
Valor Total					R\$ 35.340,75
Trinta e cinco mil, trezentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos					

Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE AREIA FINA					
CNPJ: 08.133.309/0001-61					
DAP/CAF: BA02202303000000411CAF					
ENDEREÇO: AREIA FINA					
REPRESENTANTE LEGAL: EDILZA COSTA ANDRADE SANTOS					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	28	R\$ 3,75	R\$ 105,00
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
9	Banana da Prata	DZ	454	R\$ 4,59	R\$ 2.083,86
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	546	R\$ 5,72	R\$ 3.123,12



14	Coco Seco	UND	181	R\$ 5,62	R\$ 1.017,22
19	Laranja Pera	UND	5454	R\$ 0,71	R\$ 3.872,34
20	Limão Cravo	KG	5	R\$ 4,07	R\$ 20,35
24	Milho	UND	910	R\$ 1,98	R\$ 1.801,80
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50
28	Tangerina	UND	1875	R\$ 0,81	R\$ 1.518,75
29	Tangerina Ponkan	UND	1667	R\$ 0,87	R\$ 1.450,29
31	Tempero Verde	UND	45	R\$ 3,39	R\$ 152,55
Total					R\$ 20.874,56

Vinte mil, oitocentos e setenta e quatro mil e cinquenta e seis centavos

Projetos de Venda do Grupo Formal.					
RAZÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE ITAPARICA. CNPJ: 07.320.376/0001-22 DAP/CAF: BA02202403000003810CAF ENDEREÇO: Faz Itaparica, S/N, Casa, Capão, CEP: 45.490-000, Zona Rural, Laje BA. REPRESENTANTE LEGAL: GILVANILDO SILVA DE OLIVEIRA					
Nº	1. Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto
1	Abacate	KG	27	R\$ 3,75	R\$ 101,25
3	Abobora	KG	300	R\$ 4,75	R\$ 1.425,00
7	Amendoim	KG	40	R\$ 13,27	R\$ 530,80
9	Banana da Prata	DZ	454	R\$ 4,59	R\$ 2.083,86
10	Banana da Terra	DZ	182	R\$ 17,89	R\$ 3.255,98
11	Batata doce	KG	546	R\$ 5,72	R\$ 3.123,12
13	Chuchu	KG	500	R\$ 4,54	R\$ 2.270,00
14	Coco Seco	UND	182	R\$ 5,62	R\$ 1.022,84
19	Laranja Pera	UND	5454	R\$ 0,71	R\$ 3.872,34
22	Manga	KG	600	R\$ 6,55	R\$ 3.930,00
23	Melancia	KG	2500	R\$ 2,33	R\$ 5.825,00
24	Milho	UND	909	R\$ 1,98	R\$ 1.799,82
25	Ovos Caipira	DZ	125	R\$ 15,54	R\$ 1.942,50
26	Ovos Vermelho	DZ	200	R\$ 14,72	R\$ 2.944,00
27	Quiabo	KG	71	R\$ 9,30	R\$ 660,30
29	Tangerina Ponkan	UND	1667	R\$ 0,87	R\$ 1.450,29
Total					R\$ 36.237,10

Trinta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e dez centavos

Valor Total dos Projetos de Venda: R\$ 421.804,50 – Quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e cinco centavos.



O adjudicatário terá o prazo de *02 (dois) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o *Termo de Contrato* sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Aviso de Contratação do Certame e da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Laje BA, 07 de abril de 2025.

JACIARA REIS DOSSANTOS
Prefeita Municipal